



# ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO ATUALMENTE VIGENTE NO COMBATE DO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES NO BRASIL

Tutelas à efetivação de direitos públicos incondicionados

Autoria de: Gabriela Medeiros Araújo, graduanda de direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público

Orientada por: Gilberto Thums  
Coorientação: Bianca Pazzini



## INTRODUÇÃO

A temática envolvendo o meio ambiente está cada vez mais popular no meio jurídico brasileiro, visto toda a devastação que o ser humano vem causando à natureza e a conseqüente ameaça à própria espécie. O estudo deste tema é de extrema relevância diante do crescimento do tráfico de animais silvestres, que devido a baixa penalidade e a grande lucratividade vem tornando-se o segundo maior comércio ilegal do mundo, tendo como resultado, danos irreparáveis na fauna e na flora. Em especial, no Brasil, a problemática destaca-se, pois, visto a sua rica biodiversidade, tornou-se um dos locais mais atrativos para este crime.

## OBJETIVO

Este trabalho visa analisar a legislação atualmente vigente no Brasil e sua forma de atuação diante da violação de direitos na esfera ambiental, em especial, analisa-se a questão do bem jurídico penal.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada é hipotética-dedutiva, através de uma análise ampla de leis e bibliografia para identificar os principais problemas relacionados a tal expansão criminal.

## DESENVOLVIMENTO

O ordenamento jurídico protege o meio ambiente através de três esferas: civil, administrativa e penal. Na tabela a seguir pode-se analisar as sanções na Lei de Proteção à Fauna, de 1967 e na lei que a revogou, a Lei dos Crimes Ambientais, de 1998:

|          | Lei de Proteção à Fauna | Lei dos Crimes Ambientais |
|----------|-------------------------|---------------------------|
| Caça     | 1 - 3 anos              | 6 meses - 1 ano           |
| Comércio | 2 - 5 anos              | 6 meses - 1 ano           |

As penas, que atualmente são de no máximo um ano de detenção, são ínfimas perto das conseqüências causadas por estas infrações. Visto que um bem jurídico deve ser protegido de forma proporcional, ou seja: a pena deve ser necessária e possuir medidas adequadas para atingir o principal objetivo, além de ponderar os meios e os fins, identificando suas importâncias. Pode-se dizer que tal penalidade é desproporcional, pois não está atingindo seu objetivo de repreender adequadamente os infratores visto os danos ambientais para as atuais e futuras gerações por eles causadas. Indentifica-se, então, a inconstitucionalidade nesta proteção insuficiente dos animais silvestres.

## CONCLUSÃO

A inconstitucionalidade presente nesta proteção insuficiente emerge a necessidade da modificação da legislação. Tem-se a urgência de aumentar a pena e tipificar através de um maior número de verbos o tráfico de animais silvestres, para que, assim, o bem jurídico seja protegido através do maior número de tipos possíveis, prevendo desde a venda online até o tráfico internacional destes animais. Além disto, tutela-los como um bem jurídico por si só possibilita a aplicação das leis de forma mais objetiva: em prol dos animais.

## REFERÊNCIAS

RENTAS. 1º Relatório Nacional Sobre o Tráfico de Fauna Silvestre. 2001. - DOTTI, René Ariel, Meio Ambiente e Proteção Penal. Revista Forense, v. 317, p. 196, 1992  
SANTOS, Paulo Antonio. O princípio da proteção insuficiente em matéria penal. 2018 - BUSATO, Paulo César. Direito Penal - Parte Geral - Vol. 1, 4ª edição.